

Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”: uma crítica a concepções teórico-metodológicas em pesquisas sobre educação escolar indígena, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (1995-2001)*

Léia Teixeira Lacerda Maciel** e
Giovani José da Silva***

Resumo:

A escolarização formal de indígenas ocorre no Brasil há quase um século, mas grande parte da história da educação escolar nas aldeias ainda está por ser escrita. Ainda são poucos os estudiosos que se debruçam sobre os processos de educação formal realizados junto aos índios pelo órgão indigenista oficial, missões religiosas e outras instituições ao longo do século XX. O objetivo do artigo é apresentar, sinteticamente, os primeiros resultados de um amplo estudo empreendido pelos autores sobre a história da educação escolar indígena no Brasil, com ênfase na Região Centro-Oeste, particularmente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave:

História; educação escolar indígena; Mato Grosso, Mato Grosso do Sul.

* O artigo trata-se de uma versão modificada e ampliada da comunicação apresentada pelos autores no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, ocorrido em Uberlândia (MG), em abril de 2006 (cf. José da Silva & Lacerda, 2006). Aos colegas que colaboraram com críticas e sugestões, sinceros agradecimentos dos autores, únicos responsáveis pelas idéias contidas no texto.

** Mestre em psicologia e em história pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), respectivamente. Doutoranda em educação na Universidade de São Paulo (USP) e docente da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), unidade universitária de Campo Grande.

*** Especialista em antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mestre em história pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e doutorando em história pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

Neither a waste of time nor a trojan horse: a criticism to theoretical and methodological conceptions in research on indigenous school education in Mato Grosso and Mato Grosso do Sul (1995-2001)

Léia Teixeira Lacerda Maciel e
Giovani José da Silva

Abstract:

Formal schooling of Indians has occurred in Brazil for almost one century, but great part of the History of Schooling in the settlements has not been written yet. Few scholars dedicate themselves to the processes of formal schooling involving the Indians, carried out by official Indian organisms, religious missions and other institutions throughout the 20th century. The aim of this article is to present a synthesis of the first results of a broad study carried out about the History of Indian Schooling in Brazil, focusing the Midwest, especially Mato Grosso and Mato Grosso do Sul.

Keywords:

History; indian schooling; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul.

Considerações iniciais

O Brasil é reconhecidamente um país pluriétnico, constituído por uma considerável variedade de sociedades indígenas, cada uma delas com histórias, saberes, tradições, usos, línguas e costumes próprios (algumas correndo o risco, ainda hoje, de desaparecer sem terem sido sequer conhecidas!). Importante reafirmar que mesmo antes da introdução de instituições escolares em terras indígenas, esses grupos têm desenvolvido complexos sistemas de saberes, independentemente de terem acesso à educação formal. Antropólogos, sobretudo, vêm-se dedicando ao estudo desses sistemas, mas ainda pouco se sabe sobre os processos históricos que engendraram as experiências escolares formais entre as sociedades indígenas do país. Reconhecem-se, comumente, duas tendências nas relações entre o Estado brasileiro e os indígenas no Brasil, ao longo da história, no tocante à educação: a de dominação, por meio de tentativas de integração, assimilação e homogeneização cultural (predominante, porém não exclusiva, desde o período colonial até o final do século XX) e a de reconhecimento ao pluralismo cultural, intensificada nas últimas décadas e ainda em curso.

O presente artigo tem, assim, o objetivo de apresentar os primeiros resultados de uma ampla pesquisa acadêmica desenvolvida nos últimos anos sobre a história da educação escolar indígena no Brasil, com ênfase na Região Centro-Oeste, particularmente nos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. Para tanto, o recorte temporal proposto é predominantemente o século XX e as fontes utilizadas para este empreendimento são diversificadas (escritas, iconográficas, orais etc.) e provenientes, sobretudo, de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação em universidades localizadas na região mencionada. Além disso, os arquivos de missões religiosas e dos arquivos do órgão indigenista oficial (antigo Serviço de Proteção aos Índios – SPI –, atual Fundação Nacional do Índio – FUNAI) também servirão de fontes de consulta no decorrer da pesquisa.

Neste primeiro exercício de sistematização empreendido pelos autores, atém-se somente à produção acadêmica a respeito do tema,

problematizando-a teórica e metodologicamente a partir de algumas obras consideradas significativas no âmbito da trajetória histórica da educação escolar entre os índios no Brasil. Os estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul¹ foram escolhidos para uma breve amostra, pois neles se concentram as atuais pesquisas dos autores. Um contraponto crítico aos trabalhos produzidos até o momento fez-se necessário, tendo em vista a verificação de certas limitações teórico-metodológicas recorrentes nos trabalhos arrolados e investigados até o momento.

As pesquisas acadêmicas em história da educação escolar indígena no Brasil: breve panorama

Em levantamento publicado em 2003, o antropólogo Luís Donisete Benzi Grupioni destacou que, no período compreendido entre 1978 e 2002, foram defendidas, pelo menos, setenta e quatro dissertações e teses em diferentes áreas do conhecimento que versam sobre a educação escolar indígena no Brasil (Grupioni, 2003). O número, porém, pode estar incorreto, haja vista que, por exemplo, as dissertações de mestrado de Silvia Helena Andrade de Brito (Brito, 1995) e de Renata Lourenço Giroto (Giroto, 2001), defendidas respectivamente em 1995 e 2001, na UFMS, não foram incluídas na relação apresentada pelo antropólogo. Crê-se, portanto, que o número de dissertações e teses seja ligeiramente maior do que o registrado por Grupioni no referido inventário.

Percebe-se que as universidades localizadas na Região Centro-Oeste contribuíram com aproximadamente 30% de toda a produção acadêmica brasileira a respeito da educação escolar indígena no período compreendido entre 1978 a 2002. 35% de toda a produção abordaram diretamente grupos indígenas localizados na região. Interessante notar que há um enorme hiato na década de 1980 a respeito do tema, visto que de 1981 a 1990 não há o registro de um único trabalho versando sobre

1. Salienta-se que até 1977 os atuais estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul compunham um único estado, o de Mato Grosso.

educação nas aldeias. Outro dado interessante do inventário é que em muitos trabalhos realizados fora do Centro-Oeste, os temas das pesquisas focalizaram sociedades indígenas localizadas na região, especialmente as sociedades xinguanas (Kuikuro, Kayabi, dentre outras). Xavante e Terena aparecem como os grupos mais pesquisados, enquanto outros ainda carecem de investigações.

O primeiro trabalho acadêmico de que se tem notícia sobre educação escolar indígena no país foi defendido, em 1978, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) por Nancy Antunes Tsupal, orientada pelo professor doutor José Maria Gonçalves Júnior. Intitulada *Educação indígena bilíngüe, particularmente entre os Karajá e Xavante: alguns aspectos pedagógicos, considerações e sugestões* (Tsupal, 1978), a dissertação, de acordo com a autora, é um relato de natureza etnográfica sobre aspectos da educação indígena no Brasil, especificamente entre as etnias Karajá e Xavante, localizadas nos estados de Goiás/Tocantins e Mato Grosso. No texto, Tsupal apresenta algumas considerações e sugestões, sobretudo a respeito do caráter da política indigenista educacional praticada na época pela Funai.

Um marco das pesquisas em educação escolar indígena é, sem dúvida, a dissertação de mestrado defendida, em 1992, na Universidade de São Paulo (USP) pela antropóloga Mariana Kawall Leal Ferreira. Intitulada *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e educação escolar no Brasil* (Ferreira, 1992), a dissertação foi orientada pela professora doutora Maria Aracy de Pádua Lopes da Silva e passou a servir como referência para muitos dos posteriores trabalhos de investigação acadêmica sobre o tema em questão no Brasil, inclusive alguns daqueles produzidos no âmbito dos programas de pós-graduação em educação das universidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, instituições que, ao lado da UnB e da Universidade Federal de Goiás (UFG), se destacam no cenário nacional pela fecunda produção na área.

No referido trabalho, a autora afirma que:

Dos diferentes momentos da história da educação escolar para as sociedades indígenas no Brasil, cabe a nós, antropólogos, interpretar o último

deles – a luta pela conquista da autodeterminação dos índios também em relação às práticas escolares – à luz da tendência política que tem marcado a Antropologia feita no Brasil. O compromisso político dos etnólogos para com os ideais do movimento indígena formaliza-se, na visão de Gersem [Luciano dos Santos, indígena Baniwa, do Estado do Amazonas], enquanto aliança mútua, possibilitando a índios e não-índios, assessorados e assessores, compartilhar conhecimentos oriundos de diferentes modos de ser, agir e pensar das distintas sociedades [Ferreira, 1992, p. 214].

Como se verá adiante, este referencial já foi alvo de duras críticas por parte de outros antropólogos (Cavalcanti, 1999, por exemplo).

Em posterior artigo intitulado “A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil” (Ferreira, 2001), a mesma autora examina as experiências educativas desenvolvidas pelo Serviço de Proteção aos Índios, a FUNAI, missões religiosas, secretarias municipais e estaduais de educação, entidades indígenas e indigenistas e, também, as práticas pedagógicas vivenciadas pelos próprios índios na região norte do país. A antropóloga, a exemplo do que escreveu na dissertação de mestrado de 1992, defende que o Estado brasileiro procurou, ao longo do tempo, integrar os índios por meio da escolarização, situação que se confrontaria, atualmente, com os ideais de autodeterminação das sociedades indígenas.

Assim, Ferreira salienta que:

Para os índios, a educação é essencialmente distinta daquela praticada desde os tempos coloniais, por missionários e representantes do governo. Os índios recorrem à educação escolar, hoje em dia, como instrumento conceituado de luta [Ferreira, 2001, p. 71].

Contudo, pergunta-se quem seriam exatamente “os índios” de que fala a antropóloga em seu texto. Seriam todos os membros das sociedades indígenas brasileiras? A quem a autora realmente se refere quando escreve? Além disso, parece haver uma idéia que todo o passado colonial tenha sido de experiências negativas, numa visão uniforme e cronológica-

mente linear, e que agora, “todos” os índios estariam utilizando o espaço escolar como “instrumento de luta”! Para afastar qualquer perspectiva de generalização, uma das inúmeras armadilhas nas quais pesquisadores da educação escolar indígena em perspectiva histórica correm o risco de se deixarem emaranhar, os autores do presente texto optaram por iniciar os trabalhos de investigação histórica sobre os processos de escolarização formal nas aldeias do Brasil, a partir dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, Região Centro-Oeste.

As pesquisas sobre educação escolar indígena em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: levantamento preliminar

A Região Centro-Oeste do Brasil possui uma rica diversidade socio-cultural e étnico-racial e abriga/ abrigou inúmeras sociedades indígenas ao longo do tempo. Mato Grosso do Sul, por exemplo, é um dos estados da federação que apresenta uma das maiores populações indígenas do país na atualidade e onde estão presentes, pelo menos, dez etnias – Atikum, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié, Terena e Xamacoco (Ricardo & Ricardo, 2006). A diversidade encontrada em terras sul-mato-grossenses revela distintas situações vivenciadas por cada uma das etnias no que se refere à presença de escolas nas aldeias. Cada um dos grupos étnicos, portanto, vivencia/ vivenciou uma situação particular e específica no tocante à educação escolar. Entretanto, é possível verificar pontos em comum em todas essas experiências, sobretudo no aspecto da violência física e psicológica a que foram submetidos inúmeros indígenas nos ambientes escolares. A esse respeito, os trabalhos de Darlene Taukane (1996, 1999), além das comunicações de Giovani José da Silva (2002) e de Giovani José da Silva e Léia Teixeira Lacerda (2004), dentre outros, são contundentes.

Se a Constituição Federal Brasileira de 1988 foi de fundamental importância para uma mudança de postura jurídica em relação à educação escolar oferecida às sociedades indígenas, é necessário que se refira à

década de 1970 como um momento de estruturação de diferentes organizações indígenas e indigenistas (Brito, 2004). Essas organizações tiveram como objetivos a defesa das terras e lutas por outros direitos, dentre eles a educação. Em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, verifica-se que este movimento social se intensificou nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, inclusive com a emergência de etnias outrora consideradas “extintas”, tais como os Kinikinau, os Ofaié e os Kamba, atualmente em território sul-mato-grossense e os Guató, que se encontram no Pantanal de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul.

Duas instituições universitárias destacam-se na Região Centro-Oeste, com trabalhos que versam sobre educação escolar indígena: a UFMT e a UCDB, ambas com programas de pós-graduação em educação. No período de 1978 a 2002, Luis D. B. Grupioni (2003) registrou a significativa defesa de oito trabalhos na UFMS, sendo cinco deles orientados pela antropóloga professora doutora Edir Pina de Barros. Já na UCDB, sediada em Campo Grande, quatro dissertações foram defendidas no mesmo período. Atualmente, a linha de pesquisa em educação escolar indígena encontra-se desativada na UFMT, ao contrário do que ocorre na UCDB, que tem incrementado a mesma ao longo dos últimos anos.

Os grupos pesquisados em Mato Grosso foram os seguintes: Xavante (Silva, 1995; Mata, 1999), Bororo (Aguilera, 1999; Isaac, 1997, 2004), Paresi (Souza, 1997), Bakairi (Taukane, 1996, 1999), Tikuna (Leite, 1994) e Parintintin (Schroeder, 1995), os dois últimos do estado do Amazonas. Em um estado que conta com mais de 35 etnias atualmente, poucas, portanto, foram estudadas. Já em Mato Grosso do Sul, as etnias pesquisadas foram apenas Terena (Carvalho, 1996, 1998; Mangolim, 1998; Fernandes Jr., 1998), Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva (Doreto, 1997). Observa-se que nesse caso as etnias Atikum, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Xamacoco não receberam atenção alguma por parte de pesquisadores da educação escolar indígena, entre as décadas de 1970 e 1990. Nesse levantamento preliminar, destaca-se, ainda, o pioneiro trabalho de Rosely Fialho de Carvalho, intitulado *Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena Terena do Mato Grosso*

do Sul (Carvalho, 1995), defendido no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFMS), Rio Grande do Sul, em 1995, sob a orientação de Aldema Menine Trindade.

Renata Lourenço Giroto, em dissertação de mestrado em história defendida na UFMS, *campus* de Dourados (atual Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD), abordou o processo de organização do movimento de professores indígenas Guarani-Kaiowá e Guarani-Ñandeva no estado de Mato Grosso do Sul (Giroto, 2001). Já Silvia Helena Andrade de Brito, em dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS, tratou dos projetos educacionais dirigidos pelo movimento indigenista, entre as décadas de 1970 e 1990, em todo o Brasil (Brito, 1995). Como já observado, ambos os trabalhos foram ignorados no inventário organizado e comentado por Grupioni (Grupioni, 2003).

Nos últimos três congressos brasileiros de história da educação – Natal (2002), Curitiba (2004) e Goiânia (2006) – registrou-se a participação de reduzido número de pesquisadores da temática indígena e, particularmente dos estados de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, apenas dois trabalhos versaram sobre a educação escolar entre indígenas Kadiwéu (José da Silva, 2002; José da Silva; Lacerda, 2004). Recentemente, na revista *Sociedade e Cultura*, do curso de ciências sociais da UFG, em número que traz um dossiê sobre “Identidade Indígena e Território”, foi publicado um artigo sobre a educação escolar indígena entre os Kinikinau (José da Silva; Souza, 2003). Esses são apenas alguns dos trabalhos realizados nos últimos anos, em âmbito acadêmico, que versam sobre educação escolar e sociedades indígenas no Brasil.

Nesse cenário ainda pouco promissor, os trabalhos de Darlene Yaminalo Taukane sobre a educação escolar entre os Kurâ-Bakairi, etnia a qual a pesquisadora pertence, ilustram exemplarmente o estágio das pesquisas sobre a temática no Brasil e, em particular, no estado de Mato Grosso (Taukane, 1996, 1999). A autora periodiza a educação escolar entre os Bakairi em dois momentos: de 1920 a 1984, marcado pela atuação do órgão indigenista oficial (SPI, depois FUNAI) e de 1985 até os dias atuais, com a apropriação da escola pelos próprios Bakairi. Essa periodização,

de caráter linear e etapista, parece ser a tônica dos estudos acadêmicos em história da educação escolar nas aldeias e merece uma análise mais minuciosa e crítica.

Apointa-se, dessa forma, que é necessário romper com a história historicizante, factual, eivada de senso comum e que ainda marca algumas pesquisas e que se traduzem, por exemplo, na linearidade e na divisão rígida por etapas ou fases. Com isso, será possível a elaboração de uma história da educação escolar indígena no Brasil mais holística, plural e em uma perspectiva de *longa duração*. O problema de se produzir uma história marcada pelo caráter linear, cronológico e por etapas é que desse modo não são contemplados os múltiplos aspectos e perspectivas espaciais e temporais, aprisionando uma realidade rica e complexa em cânones há muito questionados no interior do próprio saber historiográfico. Isso sem contar com outros problemas, apontados por especialistas de diversas áreas, tais como o engajamento ideológico e militante de certos pesquisadores, a escatologia presente em muitos trabalhos, além da chamada “armadilha arianista” (Funari, 1998).

Contrapontos aos resultados das pesquisas acadêmicas em história da educação escolar indígena: uma crítica

A visão apresentada por Mariana Kawall Leal Ferreira, embora bastante utilizada até hoje pelos pesquisadores da história da educação escolar indígena no Brasil, é passível de críticas, dado o caráter de divisão histórica em etapas linear e taxativamente estabelecidas – as primeiras às quais se outorga um caráter negativo (catequese no Brasil colonial, integração do índio pelo SPI/FUNAI, influência da Sociedade Internacional de Linguística – SIL, antigo *Summer Institute of Linguistics* – e missões religiosas) e às últimas, um caráter positivo (projetos alternativos de organizações não-governamentais indigenistas e indígenas). É como se a história da educação escolar indígena tivesse um “passado de trevas”, promovido por agentes não-índios, e um “futuro iluminado” exclusiva-

mente pela presença de professores, técnicos e gestores indígenas nas escolas localizadas nas aldeias.

A concepção de educação escolar indígena apresentada nos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Indígena (RCNEI), documento lançado pelo Ministério da Educação em 1998 (Brasil, 1998), não escapa dessa visão e vai ao encontro de inúmeras das idéias de Mariana K. L. Ferreira (não por acaso, pois a antropóloga foi uma de suas consultoras e redatoras!). O texto do documento não problematiza, por exemplo, a questão de como o ensino vem ocorrendo nas aldeias de norte a sul do Brasil há tempos. É como se professores, técnicos e gestores indígenas estivessem começando “da estaca zero”, sem uma história das escolas em suas aldeias e sem atentar para o que eles próprios aprenderam a considerar o que seja adequado para o processo ensino-aprendizagem em outras épocas e que os influenciam até os dias de hoje.

A própria obra da indígena Darlene Y. Taukane, anteriormente citada, revela os limites da periodização estabelecida pela autora: há uma espécie de fase de “decadência”, sob a responsabilidade de instituições governamentais e religiosas e uma fase “áurea”, em que os índios se apropriaram e assumiram o papel de protagonistas em suas escolas. Pergunta-se: será que há uma real apropriação das escolas por parte da maioria das comunidades indígenas no Brasil de hoje? É possível se construir uma história da educação escolar indígena recorrendo-se somente às já consagradas etapas dicotômicas de fases “decadentes” e fases “áureas”? As respostas a essas perguntas, pelo material examinado até o momento, apontam caminhos diferentes daqueles adotados pela maioria dos pesquisadores.

Para auxiliar na compreensão do que foi exposto, recorre-se ao texto da própria Taukane. Na introdução de sua obra, por exemplo, a autora revela que:

Meu grande desejo é que este estudo, realizado por uma Kurâ, membro da sociedade em foco possa contribuir para o debate da questão da educação escolar indígena, de uma maneira mais ampla e particular. Parto da premissa de que podemos e devemos contar e recontar a nossa história, na nossa con-

cepção. Precisamos desafiar os nossos horizontes e dilemas, que precisam ser respeitados na construção dos nossos projetos [Taukane, 1999, p. 30].

Longe de questionar o direito de Taukane ou de qualquer outro indígena de escrever sobre a sua própria história, os autores problematizam o fato de que apenas a autoria indígena garante a qualidade da escrita da história da educação escolar indígena. Em texto apresentado em 2003, no II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais, ocorrido em Florianópolis, o historiador e antropólogo Giovani José da Silva questionou se é prerrogativa exclusiva dos indígenas a pesquisa sobre educação formal em sociedades nativas. Inspirado pelo antropólogo estadunidense Clifford Geertz (2002), o autor comenta que “[...] não é necessário ser um ‘nativo’ para conhecer um, ou melhor, a interpretação do modo de vida de uma sociedade não deve ficar limitada pelos horizontes mentais dessa mesma sociedade” (José da Silva, 2003). Isso equivale a dizer que, a princípio, a qualidade dos trabalhos sobre indígenas não será melhor (ou pior) se os pesquisadores forem os índios! Além disso, é a própria Darlene Y. Taukane quem afirma ser necessário desafiar seus próprios horizontes e dilemas...

Entretanto, não é apenas a periodização o único problema a ser apontado nas pesquisas em educação escolar indígena que se realizam hoje. De acordo com a antropóloga Mariana Paladino:

Certos temas e polêmicas também são recorrentes e permitem identificar as questões legítimas a serem discutidas sobre educação escolar indígena. São: introdução da escrita em sociedades de tradição oral, importância que o ensino formal adquire para estas populações, efeito das intervenções externas, possibilidade de autonomia e maior controle do relacionamento com a sociedade nacional que oferece o conhecimento escolar, papel do professor indígena, impacto da educação missionária, conflitos entre aprendizagem formal e tradicional, relação entre oralidade/ escrita e mito/ história. Estas questões estabelecem um padrão nas discussões e nas linhas de pesquisa, que dificilmente se afastam delas ou apontam para outras problemáticas. [...] De fato, depois de 20 anos continuam sendo as mesmas.

Ainda de acordo com Paladino:

[...] muitas dessas polêmicas se originam e desenvolvem a partir de um posicionamento político pessoal sem pesquisa que fundamente as apreciações. [...]. Outro traço comum é o destaque que se dá a certos agentes, suas falas ou textos, esses tornam-se referenciais ao serem mencionados por grande parte dos agentes e tomados como base de hipóteses e focos de extrapolações para outros períodos históricos e etnias, às vezes sem o suficiente rigor comparativo [Paladino, 2003].

Mariana Paladino também critica o engajamento ideológico e militante de alguns pesquisadores, pois revela o quanto essa postura influi nos resultados das pesquisas e nas atuais práticas pedagógicas implantadas nas escolas localizadas em áreas indígenas, em que se verificam, ainda, práticas que poderiam ser consideradas “paternalistas” ou “assistencialistas”.

Da mesma forma, o antropólogo Ricardo Cavalcanti (1999), ao realizar uma contundente crítica ao trabalho de Mariana K. L. Ferreira, revela que:

O que me impressiona em muitas dessas histórias da educação formal para índios, que usualmente começam pelo período da Colônia, é passar pelo alto dos séculos para caracterizá-los como uma espécie de preâmbulo de opressão colonial, ao fim do qual despontaria a Nova Era. [...] Quero dizer, não me parece tanto uma história, mas antes uma escatologia. Creio que nesse caso, o que move são exatamente aquelas idealizações em torno da *autonomia* e da *autodeterminação*.

Cavalcanti ainda sugere que:

Tensionar o quanto possa haver de idealização e o quanto tais referências possam ser histórica e discursivamente determinadas seria uma forma de recusar as soluções finalistas, ao mesmo tempo em que se recusa a evidência demasiada natural desses ideais que embalam sonhos politicamente corretos. Que em nome desses ideais os índios sejam declarados (ou imputados como)

“autores” parece-me, sociologicamente, no mínimo, uma precipitação. Os índios sim, podem ser vistos como autores ou sujeitos sociais (desde que não sirvam apenas – como se usa correntemente em certa vulgata – para ocupar os lugares de vítimas da história ou heróis ecológicos), mas não creio que antropologicamente se deva ter o mal [sic] senso de fazê-lo a partir das idealizações dos brancos [Cavalcanti, 1999, pp. 31-32].

Aos autores do presente artigo, as provocações de Mariana Paladino e Ricardo Cavalcanti parecem bastante pertinentes. Nos trabalhos até agora levantados e estudados para esta pesquisa, percebeu-se que, em inúmeros casos, seus autores também estiveram profundamente engajados nos trabalhos de educação escolar indígena que se propuseram a analisar.

Em uma das primeiras dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFMT sobre educação escolar indígena, por exemplo, o texto de Teodorico Fernandes da Silva revela uma das tendências apontadas e criticadas por Cavalcanti:

Decorridos quase quarenta anos, já não há mais internato e foi implantado o Curso do Magistério em Sangradouro, a partir de 1994 atendendo as reivindicações dos Xavante no sentido de formação de membros de sua própria sociedade para atender as demandas das escolas existentes em suas inúmeras aldeias.

Os Xavante hoje, como outros tantos povos indígenas, participam do movimento em direção à autogestão do seu processo escolar. O Curso do Magistério conta com a participação de aproximadamente meia centena de alunos, oriundos, de diversas aldeias Xavante. A história acusa essas e outras mudanças, tanto a nível das práticas quanto dos discursos, que merecem ser registradas e analisadas [Silva, 1995, pp. 15-17].

No trecho reproduzido, verifica-se como a escatologia apontada por Ricardo Cavalcanti revela-se na pesquisa empreendida sobre a educação escolar indígena entre os Xavante, de Mato Grosso. Trata-se, pois, de uma outra armadilha teórica a ser evitada por quem pesquisa e escreve a respeito da história da educação escolar nas aldeias.

Afinal, como sabiamente ressalvam as pesquisadoras Circe Bittencourt e Adriane Silva:

Catequizar, civilizar, integrar e preservar são práticas de educadores-eruditos a serviço da Igreja, do Estado nacional, monarquista ou republicano e, finalmente, da ciência, agentes cujas ações educativas foram e parecem ser ainda motivadas pela crença na inevitabilidade da passagem do estado de barbárie para o de civilização e no desaparecimento das populações indígenas. Afinal, continuamos a mistificar a escola, atribuindo-lhes o poder de ensinar a mágica da escrita, evitando por esta concepção educacional as críticas relativas ao projeto de *colonização simbólica* dos não-índios e justificar nossos projetos “alternativos” de escolas para índios, muitos deles atualmente apoiados/ encampados pelas agências governamentais envolvidas com pesquisa e educação [Bittencourt & Silva, 2002, pp. 75-76].

Um outro problema merece ser citado, dada à recorrência com que aparece nos textos: trata-se daquilo que o arqueólogo Pedro Paulo Abreu Funari qualifica sugestivamente como “armadilha arianista”, ou seja, a utilização de um discurso relativo aos indígenas que os aprisiona em uma interpretação culturalista e, por que não dizer, racista:

[...] o discurso sobre os indígenas americanos, antes do contato com os europeus e nos séculos posteriores, ainda constrói-se, no Brasil, a partir dos conceitos arianistas, aqui transpostos para os grupos indígenas. Língua guarani, povo guarani, cultura guarani, território guarani, migrações guaranis, remetem ao modelo arianista de Kossina [...], agora aplicados aos ameríndios. Não é casual que teorias racistas vicejem na sociedade abrangente, pois, no interior da academia, geram-se interpretações culturalistas que retornam à sociedade, intensificando os preconceitos do senso-comum. “Raças (ou povos) são assim ou assado”, “As sociedades são todos coesos, homogêneos, cujos integrantes seguem regras e normas de comportamento socialmente aceitos” [...] [Funari, 1998, p. 159].

Determinados autores, enfoques, lideranças indígenas são encontrados com facilidade, e até certa repetição, nos trabalhos sobre educação escolar indígena elaborados pelo país afora. Falar em escola indígena *intercultural, bilíngüe, diferenciada e específica* tornou-se, portanto, um chavão esvaziado de conteúdos e significados. Pesquisas etnográficas nas atuais escolas localizadas em áreas indígenas, contudo, poderiam revelar práticas pedagógicas tão ou mais autoritárias que as exercidas em escolas não-indígenas no passado e no presente. Afinal, por quais métodos pedagógicos os atuais professores indígenas passaram em seu processo de escolarização formal? Com certeza, muitos desses profissionais carregam, em si mesmos, marcas de violência psicológica e física a que foram submetidos quando crianças, adolescentes e jovens e não é possível, portanto, começar “da estaca zero” sem se referir à escola dos “tempos de antigamente” para desvelar a escola do “tempo presente”. Desvendar esse passado ainda é um grande desafio para todos os que se aventuram pela história da educação escolar indígena no Brasil.

Considerações finais

O presente texto não pretendeu ser exaustivo em seu levantamento sobre os estudos que versam a respeito da educação escolar indígena, pois se sabe que há inúmeros trabalhos defendidos em programas de pós-graduação por todo o Brasil, aos quais os autores ainda não obtiveram acesso. No momento, realiza-se um volumoso levantamento das fontes documentais e verificam-se, inclusive, muitos trabalhos de mestrado e de doutorado elaborados em diferentes pontos do país, nos últimos anos, sobre a temática². Entretanto, a produção ainda pode ser considerada incipiente e pouco divulgada, fazendo-se necessário, portanto, a criação de uma rede de colaboradores para a melhoria na qualidade da

2. Conferir, por exemplo, Cota (2000), sobre a educação escolar entre os Tupinikim, do Espírito Santo, e Pieruccini (2002), sobre educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani no estado do Paraná.

obtenção de dados, troca de informações e o refinamento dos debates teórico-metodológicos.

Ressalta-se, entretanto, que não se pretendeu aqui estabelecer um diálogo com militantes da causa indígena. Almeja-se, sim, organizar um referencial teórico-metodológico (apoiado nas contribuições da história, da antropologia e de outras disciplinas), a partir dos trabalhos acadêmicos já realizados, criticando visões simplistas e reducionistas encontradas em muitos deles. Evidentemente, sabe-se que para os índios da atualidade e seus assessores interessa um discurso politicamente correto que vai ao encontro de textos acadêmicos calcados na linha dicotômica “passado triste” *versus* “futuro brilhante” das escolas localizadas em áreas indígenas. Busca-se, dessa forma, travar um diálogo com os pesquisadores da história da educação escolar indígena no Brasil, ainda que sejam em número reduzido e de distintas áreas do conhecimento.

A história da educação escolar indígena no país, e particularmente de cada uma das mais de duzentas sociedades que compõem o atual cenário étnico, não é linear e, tampouco, pode ser dividida em rígidas etapas estanques, cristalizadas. A escolarização formal de indígenas já ocorre no Brasil há muito tempo, mas grande parte da história da educação escolar nas aldeias ainda é desconhecida e está por ser desvelada. Poucos ainda são os estudiosos que se debruçam sobre os processos de educação formal realizados junto aos índios ao longo do tempo, especialmente pelo órgão indigenista oficial em convênio com missões religiosas e outras instituições ao longo do século XX. Sabe-se que há muito a ser lido, especialmente a produção mais recente sobre o assunto, infelizmente pouco divulgada, às vezes no próprio meio acadêmico!

As conclusões, ainda parciais, apontam para o crescimento dos estudos sobre a história das instituições escolares em áreas indígenas no país, em que pese os problemas apontados. Mais importante do que chegar a conclusões, contudo, é levantar a problemática relacionada à introdução dessas escolas nas aldeias, criticar os pressupostos das atuais pesquisas e estimular outros pesquisadores a compreenderem os instigantes percursos e desafios da pesquisa de história da educação escolar indígena no Brasil. Pensar a história da educação e seus sujeitos

obriga os pesquisadores também a pensar sobre a histórica exclusão a que foram submetidos determinados sujeitos do processo escolar, tais como as populações indígenas e a população negra. Perceber as trajetórias espaciais e temporais dessas populações e suas relações com a instituição escolar enriquece a própria história da educação brasileira, infelizmente ainda bastante focada em escolas urbanas e pouco atenta à diversidade étnico-cultural.

Referências bibliográficas

AGUILERA, A. H. *Mano: currículo e cultura na Escola Indígena Bororo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

BITTENCOURT, C. M. F.; SILVA, A. C. da. Perspectivas históricas da educação indígena no Brasil. In: PRADO; M. L. C.; VIDAL, D. G. *À margem dos 500 anos: reflexões irreverentes*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 63-81.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/ SEF, 1998.

BRITO, S. H. A. de. *Escola e movimento indigenista no Brasil: da educação alternativa para o índio à educação escolar indígena (1970-1994)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1995.

_____. Educação e diversidade em questão: examinando os projetos alternativos de escolas para o índio nos anos 70. In: BRITO, S. H. A. de; CENTENO, C. V. *Educação e diversidade cultural*. Campo Grande: UNIDERP, 2004.

CARVALHO, I. M. de. *Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador?* Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1996.

_____. *Professor indígena: um educador do índio ou um índio educador*. Campo Grande: UCDB, 1998.

CARVALHO, R. F. de. *Subsídios para a compreensão da educação escolar indígena Terena do Mato Grosso do Sul*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1995.

CAVALCANTI, R. A. S. *Presente de branco, presente de grego? Escola e escrita em comunidades do Brasil Central*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1999.

COTA, M. das G. *Educação Escolar Indígena: a construção de uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngüe entre os Tupinikim do Espírito Santo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

DORETO, G. *A educação e os conflitos econômicos e políticos: a luta pela preservação cultural do povo Guarani*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1997.

FERNANDES JR., J. R. *Da aldeia do campo para a aldeia da cidade: implicações socioeconômicas e educacionais no êxodo dos índios Terena para o perímetro urbano de Campo Grande (MS)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1998.

FERREIRA, M. K. L. *Da origem dos homens à conquista da escrita: um estudo sobre povos indígenas e a educação escolar no Brasil*. 2. v. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. *A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil*. In: LOPES DA SILVA, A.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: FAPESP/ Global/Mari, 2001.

FUNARI, P. P. A. *As pesquisas sobre a Antigüidade clássica no Brasil: cidadania e erudição*. In: MARTINS, I. de L.; MOTTA, R. de P. S.; IOKOI, Z. G. (orgs.). *História e cidadania: XIX Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: Humanitas, 1998.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 5. ed. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2002.

GIROTTI, R. L. *Por uma nova textura histórica: o movimento de professores indígenas Guarani-Kaiová em Mato Grosso do Sul – 1988 a 2000*. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2001.

GRUPIONI, L. D. B. A educação indígena na academia: inventário comentado de dissertações e teses sobre educação escolar indígena no Brasil (1978-2002). *Em Aberto*, Brasília, v. 20, n. 76, p. 197-238, fev. 2003.

ISAAC, P. A. M. *Educação escolar indígena Bóe-Bororo*: alternativa e resistência em Tadarimana. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1997.

_____. *Drama da educação escolar indígena Bóe-Bororo*. Cuiabá: UFMT, 2004. 286 p.

JOSÉ DA SILVA, G. No tear da memória: história da educação escolar entre os índios Kadiwéu, de Mato Grosso do Sul (1979-1999). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2002, Natal. *Anais...* Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

_____. Do ponto de vista de um não nativo: a natureza da educação intercultural e suas implicações antropológicas na escola indígena. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

_____.; LACERDA, L. T. A educação escolar indígena em perspectiva histórica: os Kadiwéu e a “pedagogia da violência” (segunda metade do século XX). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., 2004, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

_____. A história da educação escolar indígena no Brasil: primeiros passos em uma longa jornada. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. *Anais...* Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006.

_____.; SOUZA, J. L. de. O despertar da fênix: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau, em Mato Grosso do Sul. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 6, n. 2, p. 149-156, 2003.

LEITE, A. G. de O. *Educação indígena Ticuna*: livro didático e identidade étnica. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1994.

MANGOLIM, O. *Da escola que o branco faz à escola que o índio necessita e quer: uma educação indígena de qualidade*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1998.

MATA, T. da G. N. da. *Os professores indígenas e o processo de educação escolar dos Xavante de São Marcos (MT)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.

PALADINO, M. Educação escolar indígena no Brasil contemporâneo: entre a “revitalização cultural” e a “desintegração do modo de ser tradicional”. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO INTERCULTURAL, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2003, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

PIERUCCINI, I. S. *Educação escolar indígena nos aldeamentos Guarani no Estado do Paraná, Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (eds.). *Povos indígenas no Brasil: 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 879 p.

SCHROEDER, I. *Indigenismo e política indígena entre os Parintintin*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995.

SILVA, T. F. *Educação escolar para os Xavante de Sangradouro*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1995.

SOUZA, H. C. de. *Entre a aldeia e a cidade: educação escolar Paresi*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1997.

TAUKANE, D. Y. *Educação escolar entre os Kurû-Bakairi*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1996.

_____. *A história da educação escolar entre os Kurû-Bakairi*. Cuiabá: s.ed., 1999.

TSUPAL, N. A. *Educação indígena, bilíngüe, particularmente entre os Karajá e Xavante: alguns aspectos pedagógicos, considerações e sugestões*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 1978.

Nem “programa de índio”, nem “presente de grego”

Endereço para correspondência:

Giovani José da Silva
Av. Capitão Olinto Mancini, 1.606, ap. 19
Jardim Primavera – Três Lagoas-MS
CEP 79603-011
E-mail: giovanijsilva@hotmail.com

Léia Teixeira Lacerda Maciel
Av. Júlia Maksoud, 593, ap. 33, bloco A9,
Residencial José Pedrossiam
Campo Grande-MS
CEP 79011-100
E-mail: leia@uems.br

Recebido em: 1 jan. 2007
Aprovado em: 1 maio 2008